

Inter-relações entre conhecimento tradicional, biodiversidade e defesa nacional

Nádia Xavier Moreira¹

Sumário executivo

O *policy paper* ora apresentado trata da importância do conhecimento tradicional, especificamente dos povos indígenas, para a proteção da biodiversidade e para a defesa nacional. Na questão da biodiversidade, serão abordadas a intrínseca relação de dependência entre a produção de conhecimento das populações indígenas e a forte conexão que estabelecem com a terra e o meio ambiente. Já no âmbito da defesa nacional, será analisado o emprego desse conhecimento por meio de soldados indígenas incorporados às fileiras do Exército Brasileiro (EB) na Região Norte.

Partimos do entendimento de que existe um relacionamento entre o EB e seus soldados indígenas na região amazônica, o qual é engendrado e mediado pelos conhecimentos tradicionais dos povos que habitam esse espaço. Os indígenas possuem um conhecimento profundo dos alimentos regionais, dos cursos dos rios, da vegetação e dos rastros de homens. Como militares, são extremamente habilidosos como guias na floresta, intérpretes da língua e da cultura das comunidades indígenas da região. Isso contribui para o sucesso das missões, para a boa relação entre indígenas e militares, além de promover a economia de recursos financeiros, humanos, logísticos e de tempo.

O tema é relevante e atual, pois, além de trazer elementos para refletir sobre as interconexões entre defesa e saberes tradicionais, também está diretamente relacionado aos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, preconizados em tratados e convenções internacionais, e internalizados na legislação brasileira. Este recorte temático também se justifica pela busca de alternativas de atuação do Estado que estejam ligadas à sustentabilidade e à elaboração de uma nova relação dos humanos com a natureza face à emergência climática, à aceleração da perda de biodiversidade e ao aprofundamento da gravidade dos desafios socioambientais.

Nessa perspectiva, consideramos as seguintes recomendações tanto possíveis quanto necessárias:

1. Construir espaços e fóruns de discussão acerca da coprodução de conhecimentos, garantindo que os diversos atores participem em condições de igualdade, com voz ativa, agência e o devido reconhecimento das suas qualidades, confiabilidade e relevância;

1. Pós-doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UNB), mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). É oficial Superior da Marinha do Brasil (Capitão de Fragata) e professora da Escola Superior de Defesa (ESD), onde atua no Programa de Pós-graduação em Segurança, Desenvolvimento e Defesa (PPGSDD) e nos cursos de Altos Estudos em Defesa (CAED), Coordenação e Planejamento Interagência (CCOPI) e Logística Estratégica e Defesa (CLEDE).

2. Fomentar o reconhecimento, destaque e valorização do conhecimento tradicional dos povos originários para a defesa nacional, por meio de pesquisas, seminários e audiências públicas direcionadas ao Ministério da Defesa (MD) e às três forças singulares, garantindo a participação dos indígenas nesse processo;
3. Discutir e levantar medidas a serem tomadas para aperfeiçoamento do Serviço Militar Obrigatório, com o objetivo de promover mais oportunidades para jovens indígenas que se alistam voluntariamente. Essas ações devem contribuir para a valorização dos saberes tradicionais desses jovens no cumprimento da missão das Forças Armadas (FA) na região amazônica, além de ampliar a participação dos povos originários nesse processo.

Palavras-chaves

Conhecimento tradicional; Biodiversidade; Defesa Nacional; Povos indígenas.

1. Introdução

Cada animal, seja inseto, sapo, peixes, tem uma história na nossa mitologia. Nós conhecemos a origem deles e sabemos tudo sobre seus comportamentos porque os antigos nos deixaram esses conhecimentos. Nós sabemos que as estrelas têm relação direta com o nível das águas, e que os botos, por exemplo, escolhem os lugares onde serão as cidades dos encantados. [...] Para nossos conhecimentos, as coisas estão ligadas. Tudo está ligado. Muitas vezes, os não-índios olham para um igarapé e pensam que se mudarem o curso dele não irão nos afetar. Mas nós conhecemos os donos, sabemos que os encantados ficam bravos quando mexemos com suas coisas (Povo Mura de Autazes e Careiro da Várzea, 2019, p. 36-37).

No encerramento da Conferência Diplomática da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), em Genebra, na Suíça, ocorrida em maio de 2024, o Brasil assinou o Tratado sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados (WIPO, 2024). O documento é histórico e pioneiro, fruto de décadas de negociações entre os Estados-membros da OMPI, contendo disposições específicas para povos indígenas e para comunidades tradicionais. Ele aborda, entre outros aspectos, a interseção e a incorporação, ao sistema de propriedade intelectual, do respeito ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados.

Com o tratado adotado por consenso pelos 176 países membros da OMPI, os solicitantes de patentes serão obrigados a divulgar o acesso aos recursos genéticos (incluindo o país de origem ou sua fonte) e aos conhecimentos tradicionais associados, necessários para suas invenções, indicando os povos originários ou comunidades locais que fornecem esse conhecimento. Espera-se, portanto, que esse instrumento contribua para a promoção da ciência e da inovação em países biodiversos como o Brasil, mas, sobretudo, facilite a inclusão de comunidades tradicionais e povos originários na repartição dos benefícios econômicos gerados por patentes que utilizam seus saberes. Busca-se, assim, valorizar esse conhecimento em associação com a preservação da biodiversidade.

“...o debate sobre a valorização do conhecimento tradicional está no cerne das discussões sobre a busca de alternativas sustentáveis e a elaboração de uma nova relação entre os humanos e a natureza.”

Vale observar que o debate sobre a valorização do conhecimento tradicional está no cerne das discussões sobre a busca de alternativas sustentáveis e a elaboração de uma nova relação entre os humanos e a natureza. Afinal, a emergência climática, a aceleração da perda de biodiversidade e o aprofundamento da gravidade dos desafios socioambientais evidenciam a necessidade de mudanças sistêmicas e novas formas de governança para a Terra. Como assinalado pelo antropólogo francês Bruno Latour (2019, p.21) “a pedra de toque que servia [...] para desenhar a face da modernização pronta para englobar o planeta [...] perdeu toda eficácia. Doravante é diante de Gaia que somos chamados a comparecer.” Nessa linha de pensamento, o antropólogo brasileiro Viveiros de Castro (2011, p.02) também argumentou: “Gaia irrompe entre nós suscitada pela transformação de nossa espécie, ou melhor, de seu etograma hoje dominante, em uma força macro física”.

É nesse contexto que os povos indígenas e as comunidades tradicionais desempenham um papel destacado enquanto atores fundamentais na proteção do meio ambiente em que estão inseridos. E a retomada, o emprego e a valorização dos seus conhecimentos intrinsecamente relacionados com os elementos da natureza, mostram-se cruciais nesse processo².

2. Uma pesquisa desenvolvida pelo Instituto Socioambiental (2022) aponta que 40,5% das florestas brasileiras estão protegidas dentro do sistema nacional de áreas protegidas, que inclui terras indígenas, territórios quilombolas e unidades de

É no interior desse debate que se insere a proposta desse *policy paper*, que visa explorar a importância do conhecimento tradicional, especificamente dos povos indígenas, para a biodiversidade e a defesa nacional. Na questão da biodiversidade, serão abordadas a intrínseca relação de dependência entre a produção de conhecimento das populações indígenas e a forte conexão que elas estabelecem com a terra e o meio ambiente. Quanto à contribuição do conhecimento indígena para a defesa nacional, será analisado o emprego desse saber por soldados indígenas incorporados se às fileiras do Exército Brasileiro (EB) na Região Norte. Tomamos como base para essa elaboração, além da pesquisa bibliográfica, notadamente do âmbito antropológico e em obras de pensadores indígenas, a análise documental, informações obtidas em sites e vídeos institucionais do EB, bem como reportagens televisivas no canal do *YouTube* com o termo “soldados indígenas”.

Ao trazer para o debate a relevância desse conhecimento para as esferas ambiental e de segurança, esperamos contribuir para destacar aos tomadores de decisão e à comunidade acadêmica e de defesa a importância de uma questão fundamental e necessária. Isso é especialmente relevante para aprofundar o debate democrático nas intersecções entre questões climáticas e de soberania nacional, áreas que ainda são pouco exploradas nos campos das relações internacionais e dos estudos de defesa.

2. Tensionamentos entre conhecimento científico e tradicional

Para Cunha (2007), os saberes científicos e tradicionais consistem em formas de compreender e agir sobre o mundo, estando sempre em processo de construção e reconstrução, sendo, portanto, obras inacabadas. Entretanto, tais saberes desenvolveram formas radicalmente diferentes para criar, transmitir e empregar seu conhecimento. Logo, é extremamente difícil e equivocado analisar um modo de conhecimento a partir dos critérios de outro. “Nada ou quase nada ocorre no conhecimento tradicional da mesma forma como ocorre no conhecimento científico” (Cunha, 2007, p.79).

Segundo Nakashima e Roué (2002), o conhecimento científico, base da ciência ocidental, favorece métodos analíticos e reducionistas quando comparado à visão mais intuitiva e holística frequentemente encontrada no conhecimento tradicional. A ciência ocidental é positivista e materialista, em contraste com o conhecimento tradicional que bebe na fonte da espiritualidade em interconexão com o território, não prevendo distinções entre o empírico e o sagrado. Na esteira dessa discussão, Cunha (2007) aponta que existe um contraste entre a ciência moderna hegemônica, na qual imperam os conceitos, e a ciência tradicional, pautada nas percepções e nas qualidades sensíveis, operando com cheiros, cores, sabores, crenças, dentre outros aspectos.

O conhecimento científico é baseado em uma transmissão acadêmica e letrada, utilizando a escrita como ferramenta para sua propagação e continuidade, enquanto o conhecimento tradicional é frequentemente passado oralmente de uma geração para a outra pelos mais velhos (Lenclade, 1994). Conforme o xamã Yanomami Davi Kopenawa (2015) explica brilhantemente na obra “A queda do céu”, para os Yanomami, as palavras não são uma criação autônoma e independente de um eu, mas sim legados transmitidos pelos ancestrais. Elas são ensinadas por eles e permanecem no pensamento (Kopenawa e Albert, 2015). O processo de aprendizagem também ocorre em contato com os espíritos por meio da ingestão do pó das árvores:

conservação. As áreas protegidas com a presença de povos indígenas e populações tradicionais abrangem um terço (30,5%) das florestas no Brasil. Somente as terras indígenas são responsáveis pela proteção de 20,3% das florestas brasileiras. Além disso, ao considerar todas as classes de vegetação nativa, o conjunto atual de áreas protegidas no sistema nacional protege 42,3% da vegetação natural do Brasil, sendo que as áreas protegidas que incluem povos indígenas e populações tradicionais resguardam 29,9% da vegetação nativa.

“O conhecimento científico é baseado em uma transmissão acadêmica e letrada, utilizando a escrita como ferramenta para sua propagação e continuidade, enquanto o conhecimento tradicional é frequentemente passado oralmente de uma geração para a outra pelos mais velhos.”

Eu não tenho velhos livros como eles, nos quais estão desenhadas as histórias dos meus antepassados. As palavras dos xapiri (espíritos) estão gravadas no meu pensamento, no mais fundo de mim. [...] Desde sempre, elas vêm protegendo a floresta e seus habitantes. Agora é minha vez de possuí-las (Kopenawa e Albert, 2015, p. 65).

Ademais, diferentemente do saber científico, que isola seus objetos de estudo de seu contexto vital, colocando-os em ambientes experimentais e controlados, o saber tradicional, para ser interpretado, sempre depende do contexto da sua produção e das condições locais particulares em que se propaga (Iaccarino, 2003). Nesse sentido, os sistemas de conhecimentos tradicionais não interpretam o mundo com base em uma concepção linear de causa e efeito, mas sim como um mundo composto de ciclos multidimensionais em constante formação, onde todos os elementos são parte de uma rede complexa e emaranhada de interações (Freeman, 1992). Esses conhecimentos fazem parte dos modos de vida e do cotidiano, mesmo quando são detidos apenas por uma pessoa da comunidade. O escritor indígena Daniel Mundurucu em seu livro “Memórias de índio” (2016, p. 55) relata esse processo:

Aprendi com meu povo o verdadeiro significado da palavra educação quando via o pai ou a mãe do menino ou da menina conduzindo-o passo a passo no aprendizado cultural. Pescar, caçar, fazer arcos e flechas, limpar o peixe, cozê-lo, buscar água. [...] Em especial, minha compreensão aumentou quando em grupo, deitávamo-nos sob a luz das estrelas para contemplá-las, procurando imaginar o universo imenso à nossa frente, que nossos pajés tinham visitado em seus sonhos. [...] Compreendi, então que educar é fazer sonhar.

Além do povo Mundurucu, os sonhos também são importantes para outros povos amazônicos, como os Yanomami. Segundo Danowski e Viveiros de Castro (2014), os sonhos xamânicos são a via régia de conhecimento dos fundamentos invisíveis do mundo indígena. Em contraposição, as epistemologias ocidentais não atribuem o mesmo valor aos sonhos. Quando analisados, esses elementos são observados através do olhar de primeira pessoa, a partir de um sujeito individual. Os autores consideram esses aspectos como evidências do narcisismo dos modernos e da incapacidade de estarmos abertos a uma infinidade de agências no cosmos.

Em diálogo com esse debate, Latour (2019) parte do pressuposto de que, para definir os valores múltiplos e contraditórios dos autodenominados “modernos”, é necessário, primeiramente, aceitar que existem inúmeras ordens de verdades, variados tipos de razão e múltiplos modos de existência, cujas condições de felicidade e infelicidade devem ser estabelecidas com cuidado. Trata-se, assim, de esboçar uma nova metafísica, que considere a pluralidade ontológica, ou seja, a diversidade de maneiras de ser e existir no mundo. Um mundo no qual caibam vários mundos.

O conhecimento tradicional, transferido de um indivíduo para outro por meio da prática e ocupação, foi desenvolvido em consonância com a natureza ao longo de muitos séculos (Ranjan e Singh, 2020). Desta forma, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, caiçaras e outros povos estão frequentemente bem-posicionados para observar e entender o meio que habitam. Consequentemente, seus saberes constituem um dos maiores corpos de conhecimento humano sobre biodiversidade e ecossistemas. Logo, sua valorização e defesa estão intimamente imbricadas à manutenção desses ambientes.

3. Conhecimento tradicional e preservação da biodiversidade

No ano de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, o Brasil sediou a ECO 92, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), na qual foi estabelecida a Convenção de Diversidade Biológica (CDB). Tal Convenção abrange temas diretamente ou indiretamente relacionados à biodiversidade e funciona como esteio legal e político para di-

ferentes convenções e acordos ambientais mais específicos. A CDB, em seu artigo 2º, define diversidade biológica como

a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas (Ministério do Meio Ambiente, 2000, p. 9).

Com dimensões continentais e diferentes zonas climáticas, o Brasil abriga uma das maiores diversidades da flora e fauna do planeta. De acordo com dados do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima (2023), o Brasil abriga mais de 116.000 espécies animais e mais de 46.000 espécies vegetais conhecidas, habitando os seis biomas terrestres e os três grandes ecossistemas marinhos. Isso representa algo em torno de 20% do total de espécies do planeta, encontradas tanto em ambientes terrestres quanto aquáticos. Portanto, preservar esse rico patrimônio impõe sérios desafios para o país.

Nesse aspecto, a importância do conhecimento tradicional para a proteção da biodiversidade e a obtenção do desenvolvimento sustentável está, ainda que lentamente, sendo reconhecida internacionalmente (Gadgil e Folke, 1993). A própria CDB, em seu artigo 8, destaca a relevância desse conhecimento e nos convoca a “respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação” (Brasil, 2000, p. 12). Isso se deve à intrínseca relação de dependência entre a produção de conhecimento das populações tradicionais e os recursos naturais (Pereira e Diegues, 2010).

Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso [...] fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza (Krenak, 2020, p. 16-17).

As formas de conhecimento dos povos indígenas baseiam-se em diversas fontes e são expressas de várias maneiras: histórias, poemas, mitos, sonhos, canções, danças, desenhos, etc. Todavia, há algo em comum entre os diferentes povos, a partir do qual seu conhecimento é alimentado: a relação que estabelecem com o lugar. Ainda que os modos tradicionais de viver e habitar o território ocorram de diversas maneiras, todos eles se fundamentam na conexão com a terra. Os povos indígenas frequentemente afirmam que seu conhecimento é holístico e não pode ser separado de forma significativa do ambiente. Nesse contexto, o conhecimento tradicional está inextricavelmente ligado aos ancestrais e ao território.

Diferentemente dos brancos — dos “napë”, como diria Kopenawa — que possuem uma relação de demarcação, posse e exploração com os seus espaços, para os indígenas, o lugar é uma fonte de ensinamentos e sabedoria, conectando experiências individuais com coletivas e ancestrais. Portanto, o lugar encontra-se incorporado a sua própria existência, lembrando-nos que aquilo que fazemos dos nossos lugares tem implicações com o que fazemos a nós mesmos.

Nessa linha de pensamento, uma etnografia clássica intitulada “Wisdom sits in place: landscape and language among the Western Apache” (1996), do antropólogo americano Kaith Basso, revela a relação estabelecida de nativos americanos com o seu lugar. A obra é fruto de um pedido do conselho tribal do White Mountain Apache para “mapear” o território da reserva, não de acordo com os mapas elaborados pelos homens brancos, mas que incluam a localização aproximada de cada lugar, junto com suas respectivas descrições visuais e nomes em Apache. O resultado desse projeto foi a criação de 296 mapas que registram nomes de lugares dados há muito tempo, descrevendo o que os ancestrais viram e experienciaram, além de seus significados passados e presentes, em um profundo mergulho na cultura e ensinamentos Apache.

As narrativas apresentadas, tanto nessa obra como em “A queda do céu”, constituem uma teoria do lugar, produzida localmente do ponto de vista dos povos indígenas. Indicam que o lugar, para além de um pedaço de terra, é um espaço totalmente conectado com a tradição, com a cultura de um povo, com as formas de estar e de viver no mundo. Essas narrativas nos

convocam a agir conforme os conhecimentos ancestrais, alertando, através da lembrança de atos disruptivos, que o mundo — ou “hutukara”, na língua yanomami — não estaria nesse estado se não agíssemos em desacordo com o saber tradicional.

Os mitos de criação Yanomami expõem uma forte interdependência entre todos os seres da natureza: humanos, animais, plantas, pedras, rios, etc. Na cosmovisão desse povo, para além dos animais, a água e a floresta também têm vida e sua existência depende da existência dos outros seres. Para eles, os espíritos interagem para influenciar a chuva, o tempo, acalmar os trovões, protegendo e evitando o caos na floresta. Foi através dos espíritos que eles aprenderam que a floresta não é finita e que tem que ser preservada.

O valor dessa última não pode ser mensurado em dinheiro. Para os Yanomami, a floresta é mais do que um sumidouro de carbono ou um estoque de madeira; a biodiversidade carrega um significado intrínseco que transcende seus usos medicinais, alimentares, científicos ou recreativos. A floresta não é apenas um “ambiente” que os rodeia; é a sua casa, o seu mundo, a “hutukara”. A diversidade biológica, cognitiva e física da floresta, e as relações entre árvores, solo, água, animais, humanos e espíritos constituem a própria estrutura das suas vidas. Como tal, não existe dicotomia entre natureza e sociedade ou entre terra e modos de vida. Tudo é natureza. Na tradição Yanomami, “omama”, o demiurgo³, é considerado o criador da ideia de ecologia, pois ensinou suas criaturas a viver na floresta sem destruí-la (Kopenawa e Albert, 2015).

Nessa perspectiva, a defesa de territórios indígenas vem sendo, desde os anos 1990, uma preocupação mundial associada à preservação da biodiversidade, à mudança climática, às questões ecológicas e à própria capacidade da ciência ocidental de oferecer respostas aos principais desafios de nossa época. Pois, dada a conexão que as populações indígenas estabelecem com seus territórios, elas possuem uma compreensão profunda da relação entre recursos naturais e ecossistemas. Suas práticas culturais estão alinhadas a uma ética de conservação ambiental, o que as torna valiosas e necessárias aliadas na luta contra as mudanças climáticas e destruição do planeta. Com base nessa visão, “os povos indígenas estão ocupando, junto com outros povos tradicionais, os territórios mais ricos e remanescentes de biodiversidade do Brasil e do mundo” (Oliveira, 2020, p. 213).

“...os saberes tradicionais constituem um patrimônio valioso que nos oferecem uma alternativa, proporcionando novos insights ao modelo de relação estabelecida na modernidade entre homem e natureza. Esse modelo é, em grande parte, baseado na exploração e extração incessante dos recursos naturais.”

Em síntese, os saberes tradicionais constituem um patrimônio valioso que nos oferecem uma alternativa, proporcionando novos insights ao modelo de relação estabelecida na modernidade entre homem e natureza. Esse modelo é, em grande parte, baseado na exploração e extração incessante dos recursos naturais, frequentemente em nome de um crescente número de liberdades econômicas, sem a devida consideração pela conservação ambiental, pelo equilíbrio ecológico e pela biodiversidade. Esses saberes também revelam sua relevância quando considerados no contexto da defesa nacional, especialmente através do manejo realizado pelos soldados indígenas que integram as fileiras do Exército Brasileiro (EB), com destaque para a Região Norte do País.

4. Conhecimento tradicional e defesa nacional

A utilização de tropas indígenas, por meio da incorporação nas Forças Armadas (FA), é um fenômeno que remonta a séculos nos exércitos nacionais e coloniais. Há o reconhecimento por parte das instituições militares de que certos grupos nativos possuem saberes tradicionais, relacionados ao conhecimento do terreno, fundamentais para operações militares em biomas específicos. Nesse sentido, as FA de países da América do Sul utilizam contingentes indígenas para operações em selva ou em regiões onde possuem conhecimentos tradicionais, conforme exemplificado em depoimento de um oficial do Exército Brasileiro (EB) em um vídeo no *Youtube*, intitulado “Soldado Índio”:

3. Na cosmologia Yanomami, Omama é uma divindade criadora das florestas, montanhas, rios, céu, sol, noite, lua, estrelas e, inclusive, dos próprios yanomamis, que são considerados seus filhos.

O soldado indígena é o combatente de selva natural. Até hoje não criaram um combatente de selva que seja mais apto e ambientado ao terreno que tenha mais desempenho nas suas atividades diretamente ligadas ao terreno (Exército Brasileiro, 2014, 6min e 36seg).

No caso específico do Brasil, o brado “a selva nos une, tudo pela Amazônia!” evoca, em vídeos e sites institucionais do EB, objetivos comuns entre a organização e os soldados indígenas incorporados, principalmente por meio do Serviço Militar Obrigatório (SMO): presença ativa, proteção da floresta e das riquezas naturais, além da defesa do território nesse ambiente.

Embora não existam dados precisos do número total de jovens indígenas que buscam ou que estão cumprindo o SMO, sabemos que essa realidade é observada nas FA brasileiras, especialmente no EB, na região Norte do país. Uma pesquisa recente realizada por Franchi, Pinheiro e Sant’ana Junior (2023) identificou a presença de 1193 soldados indígenas de 31 etnias servindo em Organizações Militares no âmbito do Comando Militar da Amazônia (CMA).

O desempenho dos soldados indígenas nas missões das Unidades Militares na Região Norte é considerado pelo EB um aspecto fundamental para incorporação desse segmento. Isso se deve, principalmente, à sua destreza nos exercícios de sobrevivência na selva e ao conhecimento da fauna e flora da região. Considerando que os indígenas têm profundo conhecimento sobre os alimentos regionais, os cursos dos rios, a vegetação e os rastros dos animais, eles desempenham um papel fundamental como guias na floresta. Essas habilidades contribuem para o sucesso da maioria das missões, fortalecem as relações com as comunidades indígenas e geram economia de recursos financeiros, humanos, logísticos e de tempo.

Nesse contexto, a narrativa oficial do EB enfatiza a importância de os militares não indígenas aprenderem com os indígenas para garantir o sucesso das operações terrestres na selva e, conseqüentemente, o cumprimento da missão do EB na Amazônia, que inclui a defesa das fronteiras e a garantia da soberania nacional. Em um vídeo intitulado “Índios usam fuzis do exército e ensinam os soldados como sobreviver nas matas”, é relatado que soldados indígenas do EB são mais do que simples recrutas; são fontes de conhecimento de como obter da floresta os meios necessários para sobrevivência em situações de combate naquele ambiente. Segundo depoimento de um Coronel no canal da SIC TV, “na selva, eles se mostram mais aptos e adaptados. [...] Aplicar essas técnicas na vida da selva não é tarefa fácil e, através desse conhecimento e aprendizagem, o Exército cumpre sua função” (SIC TV, 2014, 2min e 34s).

Esses saberes são tão fundamentais para o EB que a instituição busca a incorporação de jovens indígenas na tropa. O Exército reconhece que o compartilhamento dos conhecimentos do indígena alistado em regiões com extensas fronteiras e desafios logísticos extremos pode contribuir significativamente para a própria manutenção e permanência do EB na Amazônia, fortalecendo sua ação de presença nesse espaço. Tal aspecto se reflete na própria Portaria n. 946, de 16 de janeiro de 2023, que aprova a Diretriz do Exército Brasileiro com as comunidades indígenas: “É de interesse da Força Terrestre manter um estreito relacionamento com as comunidades indígenas em todo o território nacional, particularmente na Amazônia, como instrumento da estratégia da presença” (Exército Brasileiro, 2023).

Os depoimentos de dois Sargentos, que atuam como instrutores de guerra na selva, no vídeo intitulado “Soldado Índio”, reforçam essa percepção. Um deles destaca: “Aprendemos com eles técnicas de camuflagem, de rastreamento de pegadas de animais pequenos e grandes e de homens” (Exército Brasileiro, 2014, 4min e 45s). O outro, por sua vez, argumenta: “é primordial para a gente permanecer na selva e sobreviver e aprender o que se pode comer ou não [...] e eles mostram o que a gente não deve comer” (Exército Brasileiro, 2014, 4min e 58s).

Podemos identificar nessa relação entre indígenas e EB elementos do regime de partilha (Widlok, 2017), que medeia as relações de troca, isto é, o compartilhamento de saberes tradicionais sobre o lugar por parte dos soldados indígenas com a instituição militar. Para Widlok (2017), o regime de partilha fundamenta-se pela demanda de compartilhamento por parte do receptor, seja ela explicitada ou não. As pessoas compartilham aquilo que valorizam e que para elas tem valor: “o que eu ensino é o que eu sei desde criança” (Exército Brasileiro, 2014, 5min e 20s) diz um soldado indígena no vídeo “Soldado Índio”. O regime de partilha constitui

“...os indígenas têm profundo conhecimento sobre os alimentos regionais, os cursos dos rios, a vegetação e os rastros dos animais, eles desempenham um papel fundamental como guias na floresta. Essas habilidades contribuem para o sucesso da maioria das missões...”

também um meio de construção de relacionalidades, pois promove nas partes envolvidas maior consciência da sua codependência, “tanto o Exército ganha com o soldado indígena, como o indígena também” (SIC TV, 2014, 2min e 26s).

Ademais, a dissertação de Okasawara (2023), que analisou o percurso do jovem indígena Wapixana para se tornar um soldado combatente de selva, tomando como campo empírico o 7º Batalhão de Infantaria de Selva, em Boa Vista, Roraima, apontou outros ganhos efetivos para os jovens indígenas que optaram por servir.

A leitura da transcrição das 35 entrevistas realizadas com esses soldados, anexadas ao trabalho, revela dinâmicas que ilustram componentes de distinção e prestígio do soldado indígena em sua comunidade. Além disso, indicam motivações econômicas ligadas ao desejo desses jovens em se inserir na economia de mercado, com o objetivo de concretizar projetos de vida individuais e cumprir obrigações financeiras com suas famílias e suas comunidades. Esses jovens encontram na participação voluntária no Serviço Militar Obrigatório (SMO) uma possibilidade de realização desses desejos, através do recebimento do soldo. A esses aspectos acrescenta-se a falta de oportunidade de trabalho para a juventude nas cidades amazônicas e a oportunidade de emprego e ganho fixo de uma renda através do cumprimento do SMO.

É possível, então, conceber que existe um relacionamento entre EB e seus soldados indígenas na região amazônica, sustentado e mediado pelos conhecimentos tradicionais desses povos. Esses saberes são transmitidos e atualizados conforme a posição e os vínculos sociais mantidos entre os soldados e a instituição, envolvendo um conjunto de relações que conectam humanos e não humanos. Conhecimentos fundamentais, portanto, para a defesa do nosso país.

“...o conhecimento indígena se configura como um ativo estratégico para o Brasil, especialmente na Amazônia. Sua contribuição está para além do uso sustentável dos recursos naturais, agregando também valor em treinamentos militares. Proteger e valorizar essas populações e seus conhecimentos não só fortalece a defesa territorial, como também assegura a soberania brasileira em uma das regiões mais estratégicas do planeta.”

Afinal, conforme já discutido, as populações indígenas têm um conhecimento profundo sobre o território amazônico, suas florestas, rios, fauna e flora. Essa expertise é crucial para a atuação das Forças Armadas nesse espaço. Tais populações conhecem técnicas de sobrevivência na selva, rotas naturais e estratégias de navegação que podem ser úteis em operações militares. Além disso, o uso sustentável dos recursos naturais é um exemplo de como a inteligência ambiental indígena contribui para a manutenção da integridade ecológica da Amazônia. Isso é vital para a soberania e segurança do país, uma vez que o bioma amazônico está diretamente ligado ao equilíbrio climático, hídrico e econômico nacional.

Portanto, o conhecimento indígena se configura como um ativo estratégico para o Brasil, especialmente na Amazônia. Sua contribuição está para além do uso sustentável dos recursos naturais, agregando também valor em treinamentos militares. Proteger e valorizar essas populações e seus conhecimentos não só fortalece a defesa territorial, como também assegura a soberania brasileira em uma das regiões mais estratégicas do planeta.

5. Considerações Finais

As maneiras como conhecemos e representamos o mundo estão intimamente ligadas aos modos como escolhemos viver nele. Nesse sentido, culturas de todo o planeta desenvolveram, ao longo de sua história, diferentes visões e relações com a natureza, enraizadas em sistemas tradicionais de saberes. Esses conhecimentos são empregados pelos povos indígenas para entender, interpretar e agir no ambiente. Esses sistemas constituem parte integrante da identidade cultural e da sobrevivência desses povos, incorporando uma riqueza de sabedoria e experiência da natureza, adquirida ao longo dos séculos por meio de observações diretas, frequentemente transmitidas oralmente de geração para geração. Entretanto, é importante ressaltar que esse conhecimento é gerado em estreita conexão com o território. Assim, torna-se essencial demarcar e proteger as terras indígenas para garantir a manutenção dos seus modos de vida e, conseqüentemente, a produção desses saberes.

Nesse *policy paper*, argumentamos que o conhecimento tradicional pode fornecer uma ética de conservação e desempenhar um papel crucial na preservação da biodiversidade, na proteção das florestas e na defesa nacional. Dessa maneira, fomentar um diálogo mais próximo entre o conhecimento tradicional e outros saberes, especialmente o científico, em uma base de paridade epistemológica e ontológica, pode representar um avanço significativo em direção a uma perspectiva mais inclusiva. Essa abordagem tem o potencial de oferecer soluções para os dilemas contemporâneos que envolvem a separação entre o homem e a natureza, além de promover uma visão integrativa que abranja diferentes dimensões da existência, como a ecológica, econômica, social, política, simbólica, segurança e defesa. Criando-se, assim, espaços para a coprodução de conhecimentos e para visibilizar a coexistências de mundos diversos em um mesmo planeta (Prantl et al, 2024).

Trata-se, portanto, de um empreendimento diplomático e democrático, capaz de promover diálogos entre diferentes instituições e modos de existência face à magnitude da crise que assola e que coloca em risco a nossa existência e a do planeta. Isso coloca na agenda climática, em interseção com a soberania nacional, a necessidade de considerar caminhos alternativos, novas perspectivas, diferentes forças políticas e cosmologias que não sejam eurocêntricas, não modernas e não inferiores, mas sim distintas e contemporâneas. Essas abordagens devem ser levadas em conta e acionadas diante do colapso ambiental e dos desafios que os Estados enfrentam nesse novo cenário.

Nessa perspectiva, entendemos serem possíveis e necessárias as seguintes recomendações, com vistas a melhor explorar o debate acerca da importância do conhecimento tradicional para a proteção da biodiversidade e para a defesa nacional no âmbito do Estado brasileiro:

- I. construir espaços e fóruns de discussão acerca da coprodução de conhecimentos, onde os diversos atores estejam em paridade, todos com voz e agência, com o devido reconhecimento das suas qualidades, confiabilidade e relevância.
- II. promover formas de reconhecimento, destaque e valorização do conhecimento tradicional dos povos indígenas para a defesa nacional, através de pesquisas, seminários e audiências públicas, destinadas ao Ministério da Defesa (MD) e às três forças singulares, garantindo a participação de indígenas nesse processo.
- III. discutir e levantar medidas a serem tomadas para aperfeiçoamento do Serviço Militar Obrigatório, a fim de promover maiores oportunidades aos jovens indígenas que o buscam voluntariamente, contribuindo com a valorização dos seus saberes para o cumprimento da missão da FA na região amazônica e ampliando a participação dos povos indígenas nesse processo. ■

Referências

1. Basso, K. H. (1996) *Wisdom sits in place: landscape and language among the Western Apache*. University of New Mexico. Editora: UNM Press.
2. Cunha, M. C. (2007) Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico, *Revista USP*, n. 75, p. 76–84. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13623> (Acesso: 08 out. 2024).
3. Danowski, D. e Viveiros de Castro, E. (2014) *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Florianópolis: Instituto Socioambiental (ISA) e Cultura e Barbárie Editora.
4. Exército Brasileiro. (2014) 'Soldado Índio.' *YouTube*, 1 de abril. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iUgrjYWdrLY> (Acesso: 10 out. 2024).

5. Exército Brasileiro. (2023) 'Portaria n. 946, de 16 de janeiro de 2023'. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/01_diretrizes/04_estado-maior_do_exercito/port_n_946_eme_16jan2023.html (Acesso: 18 jun. 2024).
6. Franchi, T., Pinheiro, J. B. S., e Sant´ana Júnior, T. P. de. (2024) 'Os Soldados Indígenas na Amazônia Brasileira: Um retrato do Comando Militar da Amazônia.' Coleção Meira Mattos, v. 18, n. 61, pp. i-x. doi: <https://doi.org/10.52781/cmm.a118>
7. Freeman, M. M. R. (1992) 'The nature and utility of traditional ecological knowledge'. Canadian Arctic Resources Committee, 20(1), s/n.
8. Gadgil, M. Berkes, F. e, Folke, C. (1993) 'Indigenous knowledge for biodiversity conservation', *AMBIO*, 22(2-3), pp. 151-156.
9. Iaccarino, M. (2003) 'Science and culture: Western science could learn a thing or two from the way science is done in other cultures', *EMBO Report*, 1(1), pp. 220-223. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12634831/> (Acesso: 20 jul. 2024).
10. Krenak, A. (2020) *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
11. Kopenawa, D. e Albert, B. (2015) *A queda do céu: Palavras de um xamã Y anomami*. São Paulo: Companhia das Letras.
12. Latour, B. (2019) *Investigação sobre os modos de existência: Uma antropologia dos modernos*. Petrópolis: Vozes.
13. Lenclud, G. (1994) 'Qu'est ce que la tradition?' In: Detienne, M. *Transcrire les mythologies*. Paris: AlbinMiche, p. 25-23.
14. Ministério do Meio Ambiente. (2000) 'Convenção sobre Diversidade Biológica – Conferência para Adoção do Texto Acordado da CDB – Ato Final de Nairobi'. Brasília. 60p. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/textoconvenoportugus.pdf> (Acesso: 08 ago. 2024).
15. Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima. (2023) 'Biodiversidade e Biomas'. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas> (Acesso: 08 ago. 2024).
16. Munduruku, D. (2016) *Memórias de índio: Uma quase autobiografia*. Porto Alegre: EDELBRA.
17. Nakashima D.J. e Roué, M. (2002) 'Indigenous knowledge, peoples and sustainable practice.' In: Timmerman, P. *Encyclopedia of Global Environmental Change*. Chichester: John Wiley & Sons, p. 314-324.
18. Okasawara, M. (2023) 'Das flechas ao fuzil: o caminho da construção do "guerreiro militar" a partir do "guerreiro indígena"'. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteira) – Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 85f.
19. Oliveira, J. C. de. (2020) 'Entre Chico Mendes E Quine: Uma Conversa Com Manuela Carneiro Da Cunha E Mauro Almeida', *Anuário Antropológico*, 45(3), pp. 205-220. doi: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/34474>
20. Oviedo, A. F. P. e Doblaz, Juan. (2022) *As Florestas precisam das pessoas*, Instituto Socioambiental, pp. 1-22, Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/florestas-precisam-das-pessoas> (Acesso: 20 jul. 2024).
21. Pereira, B. E. e Diegues, A. C. (2010) 'Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da

etnoconservação', *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 1 (22), pp. 37-50. doi: 10.5380/dma.v22i1.16054

22. Povo Mura de Autazes e Careiro da Várzea. (2019) *Trincheiras: Yandé Peara Mura. Protocolo de Consulta e Consentimento do Povo Indígena Mura de Autazes e Careiro da Várzea, Amazonas*. Manaus: CIM; OLIMCV; Instituto Pacto Amazônico.

23. Prantl J. et al. (2024) *Building Capabilities for Earth System Governance*. Cambridge: University Press.

24. Ranjan P. e Singh, B.K. (2020). Conservation of Traditional knowledge in India and Need of Knowledge Networks. First International Conference on Bridging Traditional Knowledge to Modern Science - 2020 (5 pp). Mau (Uttar Pradesh): Dr. Abhay Singh Memorial College & Tamsa Shakuntala Surya Nath Gramm Vikas Sanstha (TSSGVS).

25. SIC TV. (2014) 'Índios usam fuzis do exército e ensinam os soldados como sobreviver nas matas', *YouTube*, 22 abril. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xo7m3BFejMc> (Acesso: 10 out. 2024).

26. Viveiros de Castro, E. (2011) 'Transformação na antropologia: Transformação da "antropologia"'. *Sopro*, 1(58), pp. 01-15. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132012000100006>

27. Widlok, T. (2017) *Anthropology and the economy of sharing*. London: Routledge.

28. World Intellectual Property Organization (WIPO). (2024) Treaty on intellectual property, genetic resources and associated traditional knowledge, *WIPO Media Center*, 24 maio. Disponível em: https://www.wipo.int/pressroom/en/articles/2024/article_0007.html. (Acesso: 10 out. 2024).